



# MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS – ESTADO DA ARTE DAS PESQUISAS NO BRASIL E REFLEXÕES SOBRE O CAMPO DA GEOGRAFIA (1990 A 2022)

---

**Carlos Eduardo Oliveira Marins**

*Universidade Estadual de Goiás*

**Ana Carolina de Oliveira Marques**

*Universidade Federal da Paraíba*

**Roberto Marques**

*Universidade Federal do Rio de Janeiro*

## RESUMO

A militarização das escolas públicas é um fenômeno que se expandiu no território brasileiro nos últimos anos, especialmente com a implementação do Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares, em 2019, no início do governo Bolsonaro. A despeito dessa expansão e de seus efeitos pedagógicos e socioterritoriais, o tema nos parece inexpressivo nos debates e produções da Geografia brasileira. Movidos por tal inquietação, realizamos um levantamento de dissertações, teses, artigos em periódicos e grupos de pesquisa em todas as áreas do conhecimento, com o intuito de mapear as tendências de onde, do como (instrumental teórico-metodológico) e do volume (quantitativo) das produções acerca do tema no Brasil. Quatro fontes foram consultadas: o Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPQ, o Catálogo de Teses & Dissertações da Capes, a plataforma SciELO (Brasil) e o Google Acadêmico. Com a organização e sistematização dos trabalhos obtidos em nossas buscas, identificamos o exponencial crescimento do número de pesquisas desde 2019; destacamos os principais produtos dessas pesquisas, assim como as áreas do conhecimento em que têm sido majoritariamente realizadas; e lançamos alguns pontos de reflexão acerca da tímida presença do tema na Geografia.

**Palavras-chave:** Estado da arte, Escolas militarizadas, Geografia da Educação.

## EDUCATION, INEQUALITY AND REGIONAL DYNAMICS: AN ANALYSIS BASED ON THE SOCIOEDUCATIONAL INEQUALITY INDEX (SID)

---

## ABSTRACT

The militarization of public schools is a phenomenon that has expanded in Brazilian territory in recent years, especially with the implementation of the National Program of Civic-Military Schools, in 2019, at the beginning of the Bolsonaro government. Despite this expansion and its pedagogical and socio-territorial effects, the topic seems insignificant to us in the debates and productions of Brazilian Geography. Driven by this concern, we carried out a survey of dissertations, theses, articles in journals and research groups in all areas of knowledge, with the aim of mapping trends in where, how (theoretical-methodological instrument) and volume (quantitative) of productions on the topic in Brazil. Four sources were consulted: the CNPq Research Group Directory, the CAPES Theses & Dissertations Catalog, the SciELO platform (Brazil) and Google Scholar. With the organization and systematization of the work obtained in our searches, we identified the exponential growth in the number of searches since 2019; we highlight the main products of this research, as well as the areas of knowledge in which they have mostly been carried out; and we launch some points of reflection about the timid presence of the topic in Geography.

**Keywords:** state of the art, militarized schools, Geography of Education.

## INTRODUÇÃO

No presente artigo, temos o intuito de apresentar um recorte das produções acadêmicas sobre o tema das escolas militarizadas (ou militarização das escolas) no Brasil. Para isso, nos aproximamos das metodologias de pesquisas do tipo “estado da arte”, para identificarmos o quantitativo, as abordagens e outras características dessas produções, em diferentes campos acadêmicos. Dizemos que nos aproximamos porque nossa intenção, neste trabalho, se limita a apontar o quantitativo da produção relacionada à temática, bem como as áreas onde ela foi desenvolvida e sua temporalidade. Não nos debruçamos sobre os conteúdos dessas produções, mas a recortes e objetos. A nossa finalidade é identificar especialmente a produção sobre a militarização das escolas, no campo da Geografia, uma vez que entendemos que se trata de um fenômeno educacional e que tem, também, uma dimensão espacial e territorial. Por esse motivo, interessa-nos observar se (e em que medida) as produções acadêmicas na Geografia têm se dedicado ao tema. Para isso, inicialmente apresentaremos o fenômeno da militarização das escolas públicas, no Brasil. Em seguida, discutiremos a pesquisa realizada e traremos algumas análises das informações e dados obtidos.

## MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS

A militarização das escolas públicas é um fenômeno que se expandiu no território brasileiro nos últimos anos, especialmente com a implementação do Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (PECIM), pelo Ministério da Educação, em

setembro de 2019<sup>i</sup>, no mesmo ano em que o governo federal criou a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (SFECM)<sup>ii</sup>, vinculada à Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC). Se no passado a participação de militares nas instituições escolares regulares estava praticamente<sup>iii</sup> restrita às escolas de formação de futuros cargos militares (Escolas Militares), ou aos chamados colégios militares, a criação de uma subsecretaria e de um programa de fomento em nível federal ampliou as perspectivas de inserção de militares e agentes de segurança nas instituições escolares civis. As justificativas para essa mudança são feitas por uma suposta melhoria na eficiência administrativa (gestão) e pedagógica (disciplina) das escolas. A entrada de militares introduziu novas contradições nos espaços escolares; alterou o arranjo das redes de ensino em cidades grandes, médias e pequenas; acentuou desigualdades entre docentes e escolas; promoveu uma política de seleção socioeconômica de alunos; operou cerceamentos nos currículos, dentre outras implicações que despertaram a atenção de pesquisadores e pesquisadoras.

Em termos administrativos, as escolas militarizadas são mantidas, via de regra, sob a tutela de duas secretarias (Educação e Segurança Pública), porém sem o objetivo de formar quadros militares, como nos colégios militares específicos para essas finalidades (Alves; Mocarzel; Moehlecke; Santos, 2019). Nesse ponto, cabe uma breve distinção. Existem escolas ou colégios militares que têm como finalidade a formação de quadros para as Forças Armadas. São os casos, por exemplo, do Colégio Naval, em Angra dos Reis (RJ), da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx), em Campinas (SP), ou da Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAr), em Barbacena (MG). Essas são escolas em nível de Ensino Médio, que formam os estudantes para o quadro de aspirantes das Forças Armadas; os estudantes que concluem os estudos são encaminhados para as instituições de ensino superior, nas carreiras respectivas: do Colégio Naval, por exemplo, para a Escola Naval (Rio de Janeiro/RJ); da EsPCEx, para a Academia das Agulhas Negras (Resende/RJ); da EPCAr, para a Academia da Força Aérea (São José dos Campos/SP).

Há, também, os chamados “colégios militares” que não são formadores de quadros militares, mas recebem os filhos de militares e frequentemente abrem processos de seleção para as vagas destinadas ao público externo (ou não militar). É o caso, por exemplo, do Colégio Brigadeiro Newton Braga, no Rio de Janeiro (RJ), administrado pela Força Aérea Brasileira; ou do Colégio Militar de Porto Alegre (RS), administrado pelo Exército. Esses são formatos de escolas que atendem aos filhos de militares, como explicita a Portaria DECEX/C Ex nº 220, de 14 de junho de 2021, que aprova a diretriz que define o Projeto Pedagógico do Sistema Colégio Militar do Brasil (2021-2025):

Desde os primeiros tempos do Brasil como Nação independente, os militares pleiteavam a criação de uma instituição encarregada de educar os filhos dos servidores do Exército e da Armada [...]. O Sistema Colégio Militar do Brasil foi idealizado para apoiar a família militar e tem a

seguinte finalidade: (...) ministrar a educação básica, nos anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) e no ensino médio” (art. 3º, do R-69) (Brasil, 2021).

Resumidamente, então, essas são as formas mais antigas, tradicionais, “clássicas”, de administração de unidades escolares por militares, no Brasil: escolas de preparação de quadros militares ou escolas voltadas para “apoiar a família militar”. Porém, o que estamos presenciando hoje são os desdobramentos de um processo que foi inaugurado em 1990, e que nos últimos anos ganhou uma dimensão inédita na vida política e social do país: a expansão da militarização das escolas públicas, promovida por municípios, estados e governo federal. Em outras palavras, a entrada dos agentes militares nas escolas regulares, ocupando posições administrativas e pedagógicas; a abertura das escolas públicas para o controle das instituições militares e policiais, isto é, a expansão dos modelos de escolas nomeadas como cívico-militares.

Vários governos estaduais e municipais encamparam a ideia de militarização no âmbito das políticas de educação, atendendo a demandas de diversos segmentos conservadores da sociedade e da política brasileira. O fato é que a atual conjuntura tem sido favorável tanto para a expansão quanto para a consolidação desse fenômeno, ao ponto de as escolas militares terem se tornado objeto de desejo dos municípios, sendo colocadas no centro das negociações pelo poder local com a comunidade (Alves; Toschi; Ferreira, 2018).

Com a implementação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, em julho 2019, as escolas passaram a ser geridas pelas secretarias estaduais ou municipais de educação em parceria com o Ministério da Defesa, sob a mediação da diretoria das escolas cívico-militares do Ministério da Educação (BRASIL, 2019). Essa repartição foi dissolvida em janeiro de 2023 (Decreto nº 11.611, de 19 de julho de 2023), pelo governo federal. Entretanto, governantes manifestaram publicamente – a exemplo do governador do Estado do Mato Grosso – o desacordo com o desmonte do programa de militarização das escolas e reiteraram o compromisso com a continuidade da política, no nível estadual.

Para Motta e Frigotto, em artigo escrito ainda em 2017, a militarização das escolas converge para uma necessidade urgente do capitalismo mundial – junto à Reforma do Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular, a Escola Sem Partido – de “administração da questão social” (Motta; Frigotto, 2017). O *modus operandi* desse movimento – marcado pela ilegalidade, o controle ideológico, a violação de direitos humanos – tem sido denunciado por diversos estudiosos (Oliveira, 2016; Tavares, 2016; Teixeira, 2016).

Um marco importante dos escritos contemporâneos sobre o tema é o livro *Estado de Exceção Escolar: uma visão crítica das escolas militarizadas* (2016), organizado pelos autores Ian Caetano de Oliveira e Victor Hugo Viegas de Freitas Silva. Com enfoque na realidade de Goiás – o estado que desponta em número de escolas militarizadas –, os autores denunciaram o que entendem como desvio de função

da Secretaria de Segurança Pública, ao atuar no campo educacional: “Existe uma faceta pouco discutida sobre a gestão de Colégios Militares que possui íntima relação com a forma com que os policiais militares são socializados na corporação: abusos e perseguições políticas de estudantes e funcionários/as.” (Silva, 2016, p. 94); “A militarização em Goiás só possui dois lados: o da lei e o da ilegalidade. A lei não permite a militarização e, muito menos, a chancela nos termos em que tem ocorrido.” (Tavares, 2016, p. 63).

### O ESTADO DA ARTE

Existe, portanto, um leque amplo e histórico de relações entre o campo da educação e o campo do militarismo, no Brasil, materializado nas formas escolares. Ao contrário do que pode parecer, os dois não são campos antagônicos e as maneiras como se articulam podem produzir desdobramentos diferentes. Frente a todos esses processos que imprimem marcas importantes não só nos espaços escolares, mas em redes de ensino e espaços das comunidades escolares, buscamos identificar em que medida as escolas militares, as escolas militarizadas e as relações entre militarismo e escolas têm sido objeto de pesquisas, estudos e investigações na Geografia. Movidos por tal inquietação, realizamos um levantamento de produções, próximo aos moldes da pesquisa do tipo “estado da arte” ou “estado do conhecimento”, com o intuito inicial de identificar a presença do tema nos trabalhos da área. Nesta busca, acessamos teses, dissertações, artigos e grupos de pesquisa em diversas áreas do conhecimento, com o intuito de mapear as tendências do onde, do como (instrumental teórico-metodológico) e do volume (quantitativo) das produções acerca do tema, no Brasil.

Divulgamos aqui os primeiros resultados dessa cartografia das pesquisas sobre a relação entre militarização e escolas públicas no país, a fim de tensionar a presença do tema na comunidade geográfica. Este trabalho é parte de um processo de investigação para a produção de uma dissertação de mestrado e tornamos públicos aqui os resultados e as reflexões acumuladas nesta fase inicial da pesquisa, a partir do levantamento desse estado da arte.

Um primeiro [momento] é aquele em que ele interage com a produção acadêmica através da quantificação e da identificação de dados bibliográficos, com o objetivo de mapear essa produção num período delimitado, em anos, locais, áreas de produção. Nesse caso, há um certo conforto para o pesquisador, pois ele lidará com os dados objetivos e concretos localizados nas indicações bibliográficas que remetem à pesquisa. Ele pode visualizar, nesse momento, uma narrativa da produção acadêmica que muitas vezes revela a história da implantação e amadurecimento da pós-graduação, de determinadas entidades e de alguns órgãos de fomento à

pesquisa em nosso país. Nesse esforço de ordenação de uma certa produção de conhecimento também é possível perceber que as pesquisas crescem e se espessam ao longo do tempo; ampliam-se em saltos ou em movimentos contínuos; multiplicam-se, mudando os sujeitos e as forças envolvidas; diversificam-se os locais de produção, entrecruzam-se e transformam-se; desaparecem em algum tempo ou lugar (Ferreira, 2002, p. 265).

Vale lembrar que as nossas pesquisas foram realizadas com a intenção de identificar aspectos mais gerais das produções, uma vez que o nosso interesse é o de atingir as produções que de alguma maneira se relacionam com a Geografia, seja na formação inicial do(a) autor(a), seja no programa de pós-graduação onde a pesquisa foi desenvolvida. Outras pesquisas do tipo “estado do conhecimento” ou “estado da arte” podem nos mostrar aspectos mais profundos das produções, como é o caso do artigo de Edna M. C. Miranda & Francisco Thiago Silva, enviado para a publicação em junho de 2021 e publicado em julho de 2023.

Naquele artigo, os autores buscaram fazer um mapeamento das produções específicas sobre as escolas militarizadas e se debruçaram sobre aspectos como os títulos dos capítulos, as palavras-chave e as problemáticas específicas das pesquisas. No nosso caso, interessa traçar um panorama dos campos da produção acadêmica relacionada ao tema e à presença ou ausência da Geografia neste cenário.

Aqui, o levantamento de dados e informações se deu em quatro fontes: Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPQ; Catálogo de Teses & Dissertações da Capes; SciELO (Brasil); e Google Acadêmico. Para a busca, utilizamos os seguintes termos e descritores: “Escolas Militares”; “Colégios Militares”; “Escolas Militarizadas”; “Colégios Militarizados”; “Escolas Cívico-Militares”; “Colégios Cívico-Militares”; “Militarização de Escolas”; “Militarização de Colégios”. Estabelecemos como recorte temporal o ano de 1990 (ano da primeira escola militarizada) e como final, o ano de 2022.

Os resultados da busca foram classificados de acordo com os seguintes critérios: o ano de publicação ou fundação (no caso dos grupos de pesquisa); o formato ou tipo dos trabalhos (tese, dissertação, artigo); a região/estado em que o programa ou grupo está sediado; a formação dos autores; e as áreas do conhecimento definidas pela Capes. Esses dados foram organizados, tabulados e sistematizados em figuras, quadros e tabelas, como apresentamos a seguir. O primeiro aspecto analisado foi o período de publicação desses trabalhos.

**Figura 1.** Períodos de publicações de trabalhos sobre a implementação de escolas militares entre os anos de 1990 a 2022.



Fontes: Catálogo de Teses & Dissertações – Capes; SciELO-Brazil; Google Acadêmico.

Notamos, a partir da Figura 1, que no período 2019-2022 houve um substancial aumento das publicações em relação aos anos anteriores. Uma informação é importante, sobre o período em questão; 2019 é o mesmo ano da instauração da SFECM e da implementação do PECIM, que resultou na escalada (em quantidade) de escolas militarizadas, no Brasil. Não é possível afirmarmos que há uma relação de causa e efeito com relação ao PECIM e às produções. Seria necessário identificarmos os meses de publicação desses artigos e a implementação do Programa. O fato é que 2019 foi o primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro e também de governadores estaduais marcadamente conservadores ou ligados a ideologias de direita e mesmo de extrema direita. Os anos anteriores foram de expansão do fenômeno da militarização das escolas e, também, 2018 (ano das eleições federais e estaduais) foi marcado pela efervescência de um neoconservadorismo<sup>v</sup>. Todos esses contribuíram para que a militarização das escolas se tornasse uma “preocupação” de pesquisadores, ao ganhar visibilidade no cenário político nacional.

Outra questão importante sobre os números deste Figura é o que eles nos mostram em relação aos termos utilizados na busca. Como utilizamos termos como “Escolas Militares” e “Colégios Militares”, uma parte das produções diz respeito a escolas militares tradicionais e não a unidades de projetos de escolas cívico- militares ou militarização de escolas públicas. A inserção desses termos nos revelou que as escolas militares (“tradicionais”) são objetos de estudos, mesmo que de forma tímida, há algum tempo. Foram cinco dissertações concluídas, desde 2005 até 2017, sendo que em 1995 foi finalizado o trabalho intitulado “A Militarização da

Educação no Estado Novo”, por Nelson Viana dos Santos, orientado pelo professor Nelson Piletti, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo (USP).

Contudo, a partir de 2016, o fenômeno da militarização das escolas públicas passou a ser tema das dissertações concluídas<sup>v</sup>. Foram 27 dissertações, no período 2016-2022, e quatro teses<sup>vi</sup> no período 2020-2022. As outras cinco teses, defendidas entre 2001 e 2017, se referem a escolas militares e não às militarizadas. A relação entre militarismo e educação, portanto, é tema de trabalhos acadêmicos desde os anos 1990; o que temos é um incremento significativo dessa produção, a partir da consolidação e expansão das políticas de militarização das escolas, com uma reconfiguração dos objetos e das temáticas. Ou seja, desde 2016, as escolas militarizadas começaram a ser tema e objeto de pesquisas em diversas áreas.

Além das dissertações, teses e artigos, também pesquisamos a presença da temática nos grupos de pesquisa registrados do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Nossa pesquisa localizou apenas o Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais e Juventude (GEPEJ), da Universidade Federal de Goiás (UFG). Formado em 2020, o texto de apresentação do grupo no Diretório diz que ele “surge das inquietações dos pesquisadores de diferentes instituições e objetiva constituir-se em um espaço privilegiado para a reflexão sobre o campo das políticas educacionais e juventudes”.

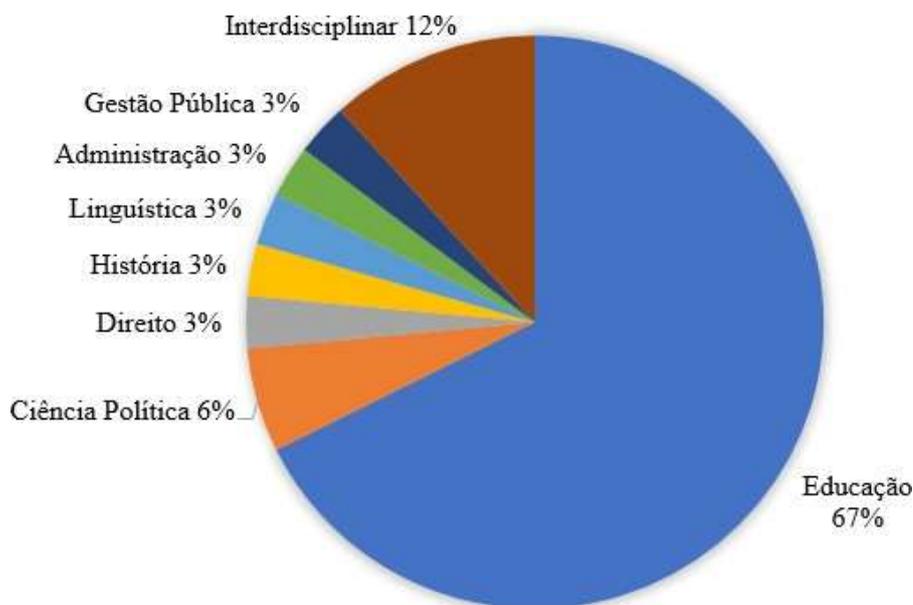
Fora dos registros do CNPq, também encontramos a Rede Nacional de Pesquisa Sobre Militarização da Educação (REPME), que conta com um canal no YouTube<sup>vii</sup>. Segundo a descrição no canal, a Rede “reúne docentes das diferentes redes e níveis da educação, pesquisadores(as) e ativistas que se dedicam a pesquisar os processos de militarização da educação no Brasil”. Portanto, não se trata de um grupo de pesquisa com uma produção vinculada a ele, mas de uma rede constituída com o objetivo de promover a colaboração e divulgação de produções sobre o tema, assim como de estabelecer laços para a disputa política de enfrentamento ao processo de expansão da militarização das escolas: “Entendemos que a atual conjuntura está permeada por políticas e programas conservadores e reacionários que têm causado retrocessos no processo civilizatório e têm dificultado a implementação de um projeto emancipatório de educação”<sup>viii</sup>.

O que temos é, por um lado, a inexistência de uma variedade de grupos de pesquisa que se debruçam de uma forma abrangente sobre o tema; por outro, uma produção que tensiona programas e pesquisadores (orientadores) acadêmicos, a partir de uma demanda que emerge das questões do momento histórico em que esse fenômeno se apresenta. Quando olhamos para os programas onde foram produzidas as teses e dissertações, percebemos uma concentração nos programas de Educação<sup>ix</sup>, com 16 das 27 dissertações e 3 das 4 teses sobre o tema da militarização das escolas.

Os outros programas onde identificamos a realização dessas produções foram: Administração; Ciência Política; Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais; Direito Constitucional; Gestão Pública; História; Linguística;

Políticas Públicas e Governo; e Sociedade, Cultura e Fronteira. Essa diversidade nos leva a refletir sobre a demanda de pesquisas e na abrangência das abordagens sobre a temática.

**Figura 2.** Número de teses e dissertações por programa/área segundo a Capes, publicadas entre 1990 e 2022.

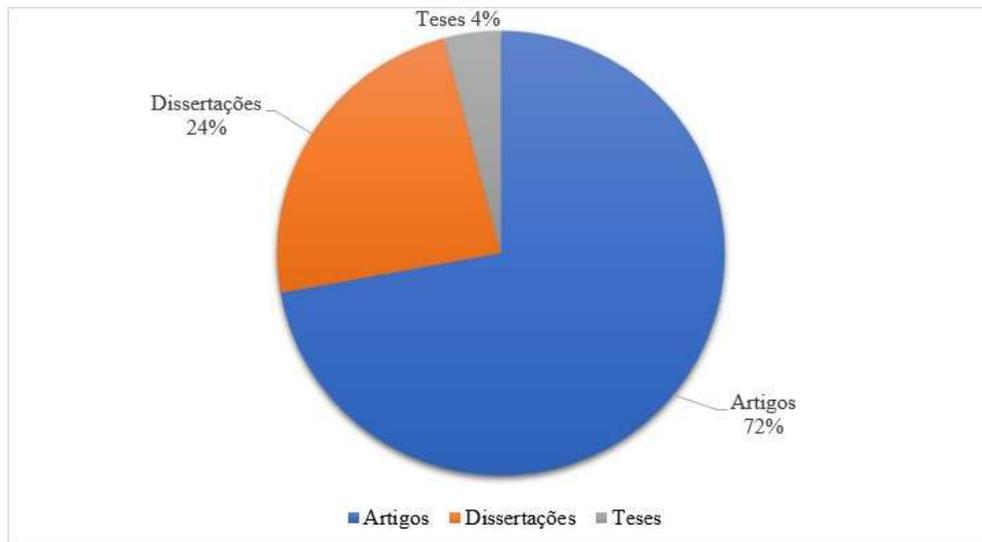


Fonte: Capes, 2023.

Ao emergir recentemente como tema da “ordem do dia”, notamos a predominância de artigos publicados em periódicos, no período. O grande volume de artigos, no período, acompanha o aumento expressivo da quantidade de teses e dissertações. Não podemos deixar de mencionar que pela natureza dos artigos (que podem ser ensaios, trechos de pesquisas maiores, resultados parciais etc.) e pelo seu formato (tamanho e estrutura do texto), a quantidade deles é bem superior ao volume das dissertações e teses, como era de se esperar.

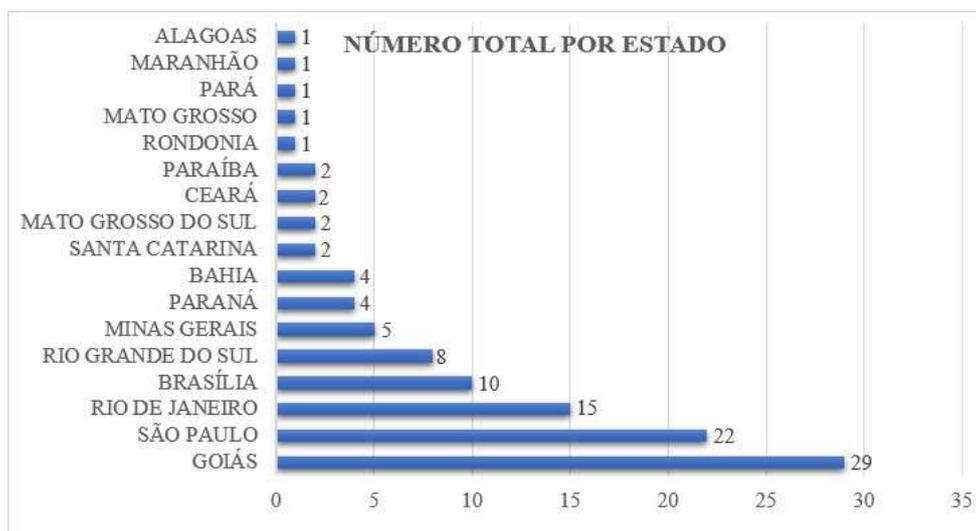
Quando identificamos as unidades da federação onde foram realizados os trabalhos, percebemos que o tema tem sido investigado em todo o país, porém com uma concentração maior em Unidades onde os programas estão consolidados e/ou vêm sendo expandidos.

**Figura 3.** Publicações sobre a implementação de escolas militares, segundo a natureza do trabalho (1990-2022)



Fontes: Catálogo de Teses & Dissertações – CAPES; SciELO – Brazil; Google Acadêmico.

**Figura 4.** Escolas militarizadas – Artigos, Teses e Dissertações publicados entre 1990 e 2022 por estado.

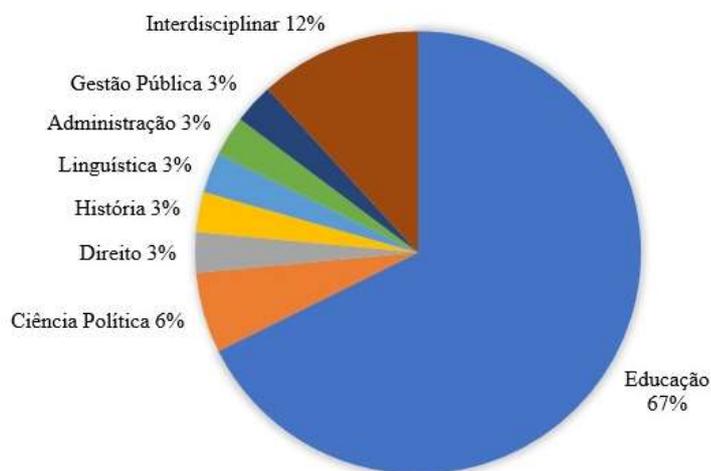


Fontes: Catálogo de Teses & Dissertações – Capes; SciELO-Brazil; Google Acadêmico.

O Estado de Goiás desponta na produção de trabalhos que debatem o tema. Pelo Figura 4, notamos que 26% de toda a produção brasileira no período informado

parte de Goiás. Nossa pesquisa revelou que as revistas e programas de pós-graduação da Universidade Federal de Goiás (UFG) e Universidade de Brasília (UnB), entre as instituições do Centro-Oeste, são as que mais reúnem pesquisadores do tema. No mesmo Figura 4, vemos que o conjunto de estados da região Sudeste (ES, MG, RJ e SP) aparece em segunda posição. Nesta região, destacam-se as revistas e programas das universidades públicas de São Paulo e Rio de Janeiro. O refinamento dos dados exigiu-nos discriminar os trabalhos, no caso de teses e dissertações, por área dos programas de pós-graduação onde foram desenvolvidos.

**Figura 5.** Número de Teses e Dissertações por programa/área segundo a CAPES, publicadas entre 1990 e 2022



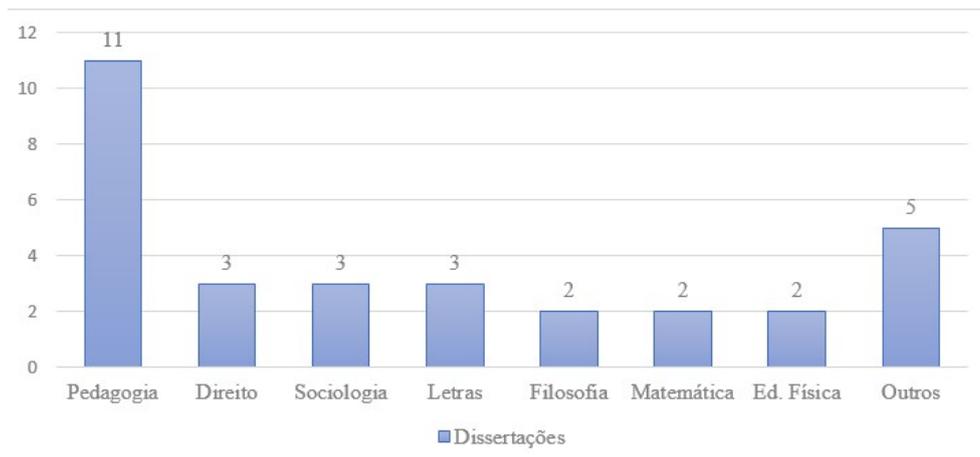
Fonte: Capes, 2023.

A representação gráfica nos indica a concentração das pesquisas de mestrado e doutorado nos programas de pós-graduação em Educação. O tema se apresenta, entretanto, em pesquisas de outras áreas do conhecimento, com destaque aos programas interdisciplinares. Notamos a ausência da Geografia no Figura 5, o que atesta que, entre 1990 a 2022, nenhuma tese ou dissertação sobre a militarização das escolas foi defendida nos programas de pós-graduação stricto sensu deste campo.

Atentamos, entretanto, para a possibilidade de um(a) geógrafo(a) ter desenvolvido pesquisa em programa vinculado à área distinta de sua formação inicial. Foi a dissertação de Nilson Bezerra Pereira, apresentada para a avaliação da banca em dezembro de 2017, intitulada “Pacto pela educação; o cumprimento da agenda neoliberal em Goiás e a militarização das escolas públicas”, pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), orientado pela professora Vera Lúcia Pinheiro. Nesse caso, a dissertação foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em

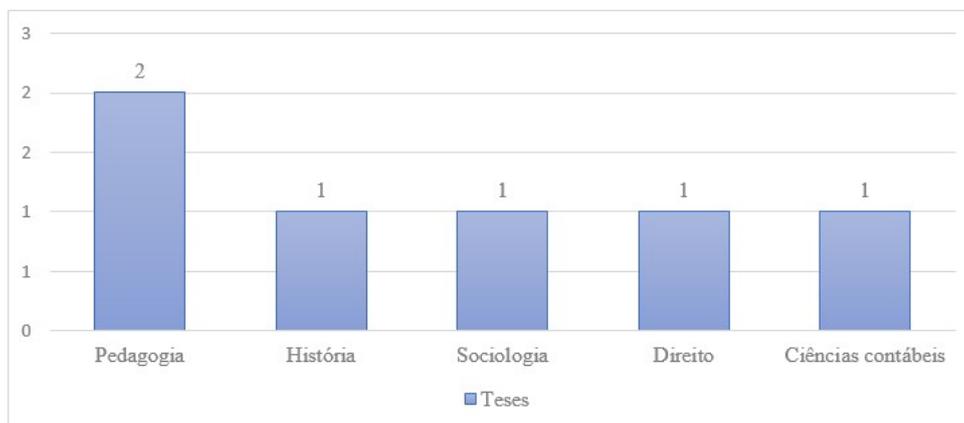
Educação, Linguagem e Tecnologias da UEG. Nas Figuras 6 e 7, apresentamos as áreas de formação inicial dos(as) autores(as):

**Figura 6.** Áreas de formação<sup>x</sup> dos(as) autores(as) de dissertações<sup>xi</sup> sobre escolas e militares<sup>xii</sup>, entre 1990 e 2022



Fonte: Capes, 2023.

**Figura 7.** Áreas de formação<sup>xiii</sup> dos(as) autores(as) de teses sobre escolas e militares, entre 1990 e 2022



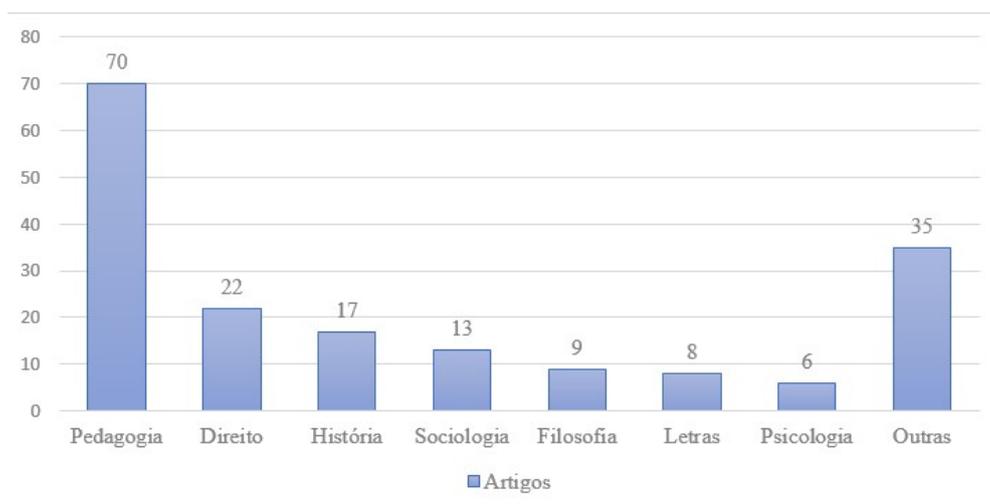
Fonte: Capes, 2023.

Notamos que a maioria dos(as) pesquisadores(as) tem formação inicial na área de Pedagogia. Se observarmos as demais áreas, veremos que a maioria pode estar relacionada ao campo da Educação, com licenciaturas correspondentes. Educação Física, Filosofia, Física, História, Letras e Sociologia são também disciplinas escolares e possuem cursos de licenciatura a elas relacionados. Não podemos

afirmar que os(as) autores(as) são docentes da Educação Básica, mas não podemos negar a relação, mesmo não direta, entre esses campos disciplinares e as escolas. Em outras palavras, de acordo com as figuras, com exceção da formação em Direito e Ciências Contábeis, todos(as) os(as) autores(as) provavelmente têm algum tipo de diálogo com a educação básica, independentemente de serem docentes ou não. O que chama a nossa atenção é o fato de termos um único autor com formação inicial em Geografia,

No caso dos artigos, como indica o Figura 7, identificamos, também, seis artigos escritos por pesquisadores do campo da Psicologia. Merece destaque, nesse caso, o elevado número relativo de trabalhos de pesquisadores do campo do Direito, assim como a variedade de áreas ou campos de origem dos autores. Isso nos mostra que a relação entre escolas e militarismos se tornou uma questão importante na sociedade e no meio acadêmico, e passou a ser objeto de investigação de pesquisadores de diversas áreas.

**Figura 8.** Áreas de formação<sup>xiv</sup> dos(as) autores(as) de artigos sobre escolas militarizadas, publicados entre 1990 e 2022



Fontes: SciELO; Google Acadêmico; CNPQ, 2023.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento do número de trabalhos acadêmicos em torno da temática das escolas e militarismo, sobretudo a partir de 2019, indica ao mesmo tempo a consolidação dessa temática na nossa sociedade e no meio acadêmico. Em outras palavras, não é coincidência que as conclusões de teses e dissertações, a partir de 2019, sobre o tema aconteça em um contexto de ampliação dos projetos de militarização das escolas públicas. O crescimento do número de escolas militarizadas, assim como o de projetos, seja em nível municipal, estadual ou

federal, de fomento à militarização das escolas, se tornou um fato. A partir desse fato, pesquisadores passaram a se debruçar sobre a temática e o objeto.

Procuramos, neste trabalho, identificar somente esse quantitativo e algumas características mais gerais das pesquisas, como os programas de pós-graduação onde foram desenvolvidas as pesquisas, as Unidades da Federação e as áreas de origem dos pesquisadores. Isso porque nossa intenção era a de mapear as produções realizadas na Geografia, pois entendemos que tanto as escolas militares quanto as escolas militarizadas ou cívico-militares são temas e objetos potenciais de estudos na área. Afinal, falamos de redes de escolas públicas, de relação entre instituição escolar e comunidades no território, de materialização de políticas neoliberais no espaço, de controle e produção cotidiana do espaço escolar, enfim, de uma série de possibilidades de questões espaciais e geográficas; explicitamente geográficas.

Nossa surpresa com a ausência de trabalhos vindos da Geografia, sobre escolas militarizadas, nos levou a indagar sobre os motivos para esse “silêncio”. A maior parte delas não cabe neste artigo, pois são meras especulações e mereceriam uma investigação mais profunda. Contudo, essa nossa busca constata a inexistência ou incipiência (no caso de algum trabalho que não tenhamos identificado) da abordagem geográfica sobre um fenômeno educacional, geográfico, político e social.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Miriam Fábria; MOCARZEL, Marcelo; MOEHLECKE, Sabrina; SANTOS, Catarina de Almeida. Militarização das escolas públicas no Brasil: um debate necessário. *RBPAE*, v. 35, no 3, p. 580-591, maio/ago. 2019.

ALVES, Miriam Fábria; TOSCHI, Mirza Seabra; FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. A expansão dos colégios militares em Goiás. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 12, no 23, p. 271-287, jul./dez. 2018.

ANPEGE. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Manifesto: crítica às reformas neoliberais na educação: prólogo do ensino de Geografia. Marília: Lutas Anticapital, 2021.

BRASIL. Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20192022/2019/decreto/D10004.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20192022/2019/decreto/D10004.htm). Acesso em: 01 set. 2022.

BRASIL. Decreto nº 11.611, de 19 de julho de 2023. Revoga o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-ilitares. Brasília: Presidência da República, 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20232026/2023/Decreto/D11611.htm#art1](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20232026/2023/Decreto/D11611.htm#art1). Acesso em: 27 ago. 2023.

BRASIL. Lei no 9394/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 24 maio 2022.

BRASIL. MEC. Ministério da Educação. Ministério da Educação Apresenta os Resultados do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Notícias. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2022/dezembro/mec-apresenta-os-resultados-do-programa-nacional-das-escolas-civico-militares>. Acesso em: 19 jun. 2023.

BRASIL. MEC. Ministério da Educação. Relação ECIM 2020, 2021 e 2022. Escola Cívico-Militar. Diretoria das escolas cívico-militares. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/ptbr/media/aceso\\_informacao/pdf/Relacaovagasecim2022.pdf](https://www.gov.br/mec/ptbr/media/aceso_informacao/pdf/Relacaovagasecim2022.pdf). Acesso em: 28 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria – C Ex Nº 1.714, de abril de 2022. Aprova o Regulamento dos Colégios Militares (EB10-R-05.173), 2ª edição. Brasília, 2022. Disponível em: <http://www.cmb.eb.mil.br/index.php/secretaria/summary/38-legislacao/282-regulamento-dos-colegios-militares-eb10-r-05-173>. Acesso em: 29 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria DECEX/C Ex nº 220, de 14 de junho de 2021. Disponível em [http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006\\_outras\\_publicacoes/01\\_diretrizes/08\\_departamento\\_de\\_educacao\\_e\\_cultura\\_do\\_exercito/port\\_n\\_220\\_decex\\_14jun2021.html](http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006_outras_publicacoes/01_diretrizes/08_departamento_de_educacao_e_cultura_do_exercito/port_n_220_decex_14jun2021.html). Acesso em 05 de março de 2024.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Catálogo de Teses e Dissertações. Painel de informações quantitativas (teses e dissertações). Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 06 mar. 2023.

CNPQ. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – Lattes. Consulta parametrizada. Disponível em: [http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta\\_parametrizada.jsf](http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf). Acesso em: 7 mar. 2023.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". *Educação & sociedade*, v. 23, p. 257-272, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Escola "Sem" Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Uerj, LPP, 2017.

GOOGLE. Google acadêmico. Busca textual. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em: 13 mar. 2023.

MATO GROSSO. Decreto no 2.650 de 13 de junho de 1990. Dispõe sobre nova denominação de uma unidade escolar no município de Cuiabá. Cuiabá: Poder Executivo, 1990.

MIRANDA, Edna M. C.; SILVA, Francisco Thiago. Escolas cívico-militarizadas no Brasil: um estado do conhecimento no Brasil. *Educação*, Santa Maria, v. 48, 2023.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). *Educação & Sociedade*, v. 38, p. 355-372, 2017.

OLIVEIRA, Djaci D. As escolas militares: o controle, a cultura do medo e da violência. OLIVEIRA, Ian Caetano de; SILVA, Victor Hugo Viegas de Freitas (org.). *Estado de Exceção Escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas*. Aparecida de Goiânia: Escultura Produções Editoriais, 2016.

OLIVEIRA, Ian Caetano de; SILVA, Victor Hugo Viegas de Freitas (org.). *Estado de Exceção Escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas*. Aparecida de Goiânia: Escultura Produções Editoriais, 2016.

ORSO, Paulino José. Reestruturação curricular no caminho inverso ao do ideário do Escola sem Partido. In.: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Escola “Sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

SCIELO. Scientific Electronic Library Online. Lista de periódicos. Disponível em: <https://search.scielo.org/?lang=pt&count=15&from=0&output=site&sort=&format=summary&fb=&page=1&q=>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SILVA, Joab Júnio Dias Gregório da. Militarização de escolas públicas: avanços ou retrocessos? In: OLIVEIRA, Ian Caetano de; SILVA, Victor Hugo Viegas de Freitas (org.). *Estado de Exceção Escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas*. Aparecida de Goiânia: Escultura Produções Editoriais, 2016.

TAVARES, Francisco M. M. Quem quer manter a ordem? A ilegalidade da militarização das escolas em Goiás. In: OLIVEIRA, Ian Caetano de; SILVA, Victor Hugo Viegas de Freitas (org.). *Estado de Exceção Escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas*. Aparecida de Goiânia: Escultura Produções Editoriais, 2016.

TEIXEIRA, Rafael S. A exclusão dos alunos mais pobres nos Colégios Militares. In: OLIVEIRA, Ian Caetano de; SILVA, Victor Hugo Viegas de Freitas (org.). *Estado de Exceção Escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas*. Aparecida de Goiânia: Escultura Produções Editoriais, 2016.

TERRIBILI, Alessandra. Programa de Militarização de Escolas Públicas Rumo ao Fim. SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL-SINPRO-DF. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/militarizacao-rumo-ao-fim/>. Acesso em: 28 fev. 2023.

Contato com o autor: [anacarolina@ccen.ufpb.br](mailto:anacarolina@ccen.ufpb.br)

Recebido em: 29/03/2024

Aprovado em: 09/07/2024

---

<sup>i</sup> Decreto Federal no 10.004, de 5 de setembro de 2019.

<sup>ii</sup> Decreto Federal no 9.665, de 2 de janeiro de 2019.

<sup>iii</sup> Há outras relações formais e institucionais entre os agentes de segurança e corporações policiais e as escolas públicas, como, por exemplo, as rondas escolares ou programas de segurança das escolas. Nesses casos, os papéis são bem definidos, as funções dos dois agentes e instituições são nitidamente distintas. Em relação a colégios militares e escolas cívico-militares, os limites entre as funções e os papéis dos sujeitos não são definidos com clareza; há sobreposições, misturas, trocas, inversões nas relações entre as instituições e os sujeitos.

<sup>iv</sup> Ainda que o prefixo “neo” seja aparentemente contraditório de ser escrito com a palavra “conservadorismo”, utilizamos o termo para nomear um movimento recente, ou “novo”, de ascensão e expansão dos grupos e ideias conservadores, no país.

<sup>v</sup> É importante lembrar que o ano de conclusão indica que o trabalho teve início de dois anos a um ano e meio antes, pelo menos.

<sup>vi</sup> No caso das teses, são de dois anos e meio a quatro anos antes da conclusão, pelo menos.

<sup>vii</sup> <https://www.youtube.com/@redenacionaldemilitarizaca8381>

<sup>viii</sup> Descrição publicada no canal da REPME. Acesso em 20 de janeiro de 2024, às 12h31min.

<sup>ix</sup> Consideramos como programas de pós-graduação em Educação, não apenas aqueles estritamente indicados como “Educação”, mas os que se apresentam como desdobramentos (ex.: “Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares”) ou interdisciplinares, relacionados ao campo da Educação (ex.: “Educação, Linguagem e Tecnologias”).

<sup>x</sup> As informações em destaque referem-se àquelas que alcançaram ao menos dois pesquisadores da mesma área e que tiveram suas publicações localizadas na fonte citada. As demais (Física, Administração, Ciências Contábeis, História e Geografia) integraram apenas o grupo indicado como “Outros”.

<sup>xi</sup> As colunas de números apresentados nos Gráficos 5, 6 e 7 não totalizam a quantidade de artigos, dissertações e teses localizados nas plataformas, pois a informação foi coletada em quesito de marcação múltipla, ou seja, levamos em consideração as múltiplas formações dos autores pesquisados. Dessa forma há trabalhos contabilizados em mais de uma área de formação, nos casos em que autores(as) têm duas ou mais formações iniciais.

<sup>xii</sup> Incluem-se aí os trabalhos sobre escolas militares e escolas cívico-militares.

<sup>xiii</sup> Da mesma forma como nos gráficos anteriores, este apresenta colunas de números que não totalizam a quantidade de Teses, pois a informações levaram em consideração as múltiplas formações dos autores pesquisados. Nesse sentido, destacamos uma das pesquisadoras que possuem duas formações: Direito e Ciências Contábeis, contabilizando-as uma para cada coluna.

<sup>xiv</sup> As informações em destaque referem-se àquelas que alcançaram ao menos cinco pesquisadores da mesma área e que tiveram suas publicações localizadas nas fontes citadas. As demais (Administração, Matemática, Química, Física, Educação Física, Biologia, Serviço Social, Geografia, etc.) integraram apenas o grupo indicado como “Outros”.